

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às dez horas e cinco minutos, no *Campus* Paracambi, deu-se início à 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior do IFRJ, sob a presidência do Magnífico Reitor Rafael Barreto Almada. Estiveram presentes os conselheiros: Marilda Pimenta Melo (Representante Titular  
5 Firjan), Eurico Marchon Neto (Representante Titular Sedeis), Elisa Suzana Carneiro Pôças (Representante Titular Diretores-Gerais), Tiago Giannerini da Costa (Representante Titular Diretores-Gerais), Wallace Vallory Nunes (Representante Suplente Diretores-Gerais), Eudes Pereira de Souza Júnior (Representante Titular Diretores-Gerais), Helton Rodrigo de Souza Sereno (Representante Titular Docentes),  
10 Marcelo Nunes Sayão (Representante Suplente Docentes), Hélia Pinheiro Rodrigues Corrêa (Representante Suplente Docentes), Eládio Bandeira de Lima Filho (Representante Titular Técnicos-Administrativos), André Vicente Tobias (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Thaís da Silva Alves (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Miguel Emílio Botelho Paolino (Representante Titular  
15 Discentes), Paulo Borges Mathias da Costa (Representante Titular Discentes), Irineia de Souza (Representante Titular Discentes), Peterson Hotz de Medeiros (Representante Suplente Egressos), além dos servidores convidados Cristiane Henriques de Oliveira (PROEX), João Gilberto da Silva Carvalho (Diretoria Executiva da Reitoria) e Cláudio André Ferreira da Costa (coordenador da CIS). O presidente agradeceu a presença de  
20 todos e iniciou a reunião com a aprovação das atas das reuniões anteriores, sendo elas: 4ª Reunião Extraordinária (16/05/2018), 3ª Reunião Ordinária (08/08/2018) e 5ª Reunião Extraordinária (22/08/2018). O conselheiro Marcelo Sayão solicitou alterações na ata da reunião de 08/08/2018. Ele solicitou alteração do termo “notório saber” para “exigência da complementação pedagógica”, na página 5. O presidente disse que o conselheiro  
25 Marco Aurélio Louzada também havia enviado contribuições, que seriam contempladas na revisão da ata. O conselheiro Eudes Pereira lembrou da solicitação feita na reunião anterior de criação de um canal institucional para comunicação com a comunidade sobre a revisão do Regulamento da Carga Horária Docente que foi aprovado. O conselheiro Helton Sereno pediu para que todos os problemas do *campus* fossem enviados por esse  
30 canal que seria criado. O presidente disse que o tema poderia ser adicionado aos “Assuntos Gerais” da pauta para ser discutido ao final da reunião. O conselheiro Eudes Pereira lembrou também que a Resolução com a aprovação do Regulamento da Carga Horária Docente deveria prever a revisão do documento em até 2 anos. Então, o presidente procedeu aos “Informes Gerais” da pauta. Ele disse que não havia sido  
35 publicada nenhuma nova Resolução *ad referendum*. Quanto aos esclarecimentos sobre a prorrogação do prazo para conclusão da complementação pedagógica dos docentes dos Editais 80/2015 e 44/2016, ele lembrou que apresentou esclarecimentos na reunião anterior, e ressaltou que seria ofertado pelo IFRJ o modelo de Graduação e Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, que poderiam ser cursados pelos  
40 professores e também pelos técnicos-administrativos. Ele informou que a Capes aprovou 6 polos do IFRJ para a oferta dos cursos. O presidente esclareceu também que foi feita uma consulta ao Procurador Federal junto ao IFRJ, sobre a norma que deveria ser utilizada para efetivar a prorrogação do prazo para a conclusão da complementação pedagógica pelos docentes. A secretária Mônica Castro informou que o Procurador respondeu que a prorrogação poderia ser feita por um ato do Reitor, como uma portaria, por exemplo, não  
45 sendo necessária a emissão de uma Resolução pelo ConSup. O conselheiro Helton Sereno disse que foi consultado por um professor do *Campus* Volta Redonda a respeito da

50 revogação da exigência da complementação pedagógica no caso dos cursos que possuem o notório saber. Ele pediu que fosse feita uma consulta ao Procurador sobre a revogação do artigo que previa tal exigência. O presidente pediu que o conselheiro enviasse a solicitação de consulta por e-mail à Secretaria do ConSup. O conselheiro Marcelo Sayão sugeriu que a prorrogação fosse feita com uma margem de tempo, considerando a efetiva implementação, mais o tempo do curso. A conselheira Elisa Pôças lembrou que também havia professores concursados de outros editais sem essa exigência, e questionou se esses também deveriam concluir a complementação pedagógica até 2020. O presidente respondeu que essa situação também deveria ser analisada. O conselheiro Marcelo Sayão disse que questionou ao GT que estudava esse tema sobre quais ações poderiam ser tomadas para incentivar a formação pedagógica, e foi pensado em atrelar a capacitação à progressão do docente, por exemplo. Depois disso, o presidente passou para o ponto dos “Informes Gerais” sobre o GT Capacitação e Qualificação. O presidente pediu ao Diretor Executivo da Reitoria, João Gilberto da Silva Carvalho, para apresentar esclarecimentos sobre a situação do referido GT. O Diretor disse que foi produzida uma minuta do Regulamento de Capacitação e Qualificação, que foi encaminhada à DGP, para depois passar pela CIS e CPPD, e posteriormente chegar ao ConSup para contribuições e deliberação. O conselheiro Eudes Pereira lembrou que era preciso fazer pautas extraordinárias para discussão de documentos institucionais que estavam represados, como o Estatuto do IFRJ e o Regulamento de Progressão *per saltum* dos TAE. O presidente ressaltou que as comissões do ConSup que foram constituídas no formato de relatorias estavam discutindo esses documentos, e disse que o tema poderia ser discutido ao final da reunião. O conselheiro Marcelo Sayão disse que o GT da Capacitação e Qualificação foi criado durante a gestão anterior, e perguntou quem era o representante do ConSup que fazia parte do GT. O conselheiro Eládio Bandeira disse que fazia parte do GT, juntamente com os conselheiros Fernando Beserra e Omar Nicolau. O Diretor João Gilberto ressaltou novamente que o documento iria passar pelas instâncias adequadas para chegar ao ConSup para contribuições finais. O conselheiro Marcelo Sayão concordou e sugeriu que o documento fosse aberto também para contribuições da comunidade antes da aprovação. O conselheiro Eudes Pereira solicitou a determinação de prazos para as ações de revisão dos documentos institucionais. O conselheiro Eládio Bandeira pediu para dar um informe sobre as Subcomissões Locais da flexibilização da jornada de trabalho dos TAE, e disse que o *Campus* Paracambi e a Reitoria ainda não haviam definido as subcomissões. Em seguida, foi apresentado um vídeo com as ações institucionais da gestão e participação do IFRJ em eventos como Reditec, Game XP, entre outros. O presidente informou que a Reditec contou com a participação de 1.200 pessoas, e o tema de 2018 foi: “O Trabalho no século XXI: Globalização, Inovação, Educação Profissional e Tecnológica: Caminhos e Desafios para a inclusão”. Ele disse que o IFRJ apresentou uma mesa para discutir o tema da inclusão e diversidade, coordenada pela PROEX. A conselheira Elisa Pôças lembrou do Prêmio de Experiência Exitosa recebida pelo *Campus* Belford Roxo, com o projeto “Banheiro de Gente”. A conselheira disse que a experiência da Reditec foi muito positiva e destacou que as palestras estavam disponíveis no site do evento. O conselheiro Tiago Giannerini disse que as apresentações e debates foram positivos e trouxeram muitas provocações relacionadas à inclusão, que deveriam ser debatidas dentro dos centros educacionais. O conselheiro Wallace Nunes disse que o referido evento foi considerado muito bem organizado e com uma boa sequência de palestras. O conselheiro Tiago Giannerini parabenizou o IFRJ pelas mesas

95 de debates apresentadas. O conselheiro Eládio Bandeira destacou a internacionalização do Instituto. A Pró-Reitora de Extensão, Cristiane Henriques, disse que foi trabalhada uma mesa de inclusão de pessoas com deficiência e outra com diversidade de gêneros, com trocas positivas e aproximações com outras instituições. O presidente destacou que o CONIF também parabenizou as mesas do IFRJ. Em seguida, o conselheiro Marcelo Sayão pediu a palavra para conceder um informe. Ele disse que recebeu um e-mail de um representante do CAET solicitando sugestões para o Regulamento de Exercícios Domiciliares. O conselheiro destacou que a Pró-Reitora de Ensino, Alessandra Paulon, disse que havia algumas mudanças em relação ao EaD, mas ele considerava importante a discussão e aprovação do documento, que estava na pauta do ConSup desde 2016, e, caso fosse necessário, o Regulamento poderia ser revisto posteriormente. O presidente lembrou que alguns temas da pauta voltaram para a Pró-Reitoria responsável para revisão, e esse tema estava previsto para ser rediscutido em outubro. Depois disso, passando para a “Ordem do Dia”, o presidente procedeu à aprovação do Regimento Interno da CIS. Ele perguntou se alguém possuía alguma contribuição, mas não houve manifestações. Então, o documento foi aprovado por unanimidade. O coordenador da CIS, Cláudio Costa, agradeceu aos conselheiros e informou que houve uma pequena modificação no texto do documento, após o envio para os conselheiros. Ele esclareceu que a modificação foi no Artigo 28 do Regimento, alterando o termo “integrantes” por “revisores”. O texto final aprovado ficou da seguinte forma: "**Art. 28** A CIS poderá, ocasionalmente, solicitar a presença de servidores revisores do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Órgão de Gestão de Pessoas, da Procuradoria Jurídica ou qualquer servidor do IFRJ para esclarecimentos e posicionamento quanto ao PCCTAE." Todos concordaram. Então, o presidente passou para o próximo ponto sobre a análise do controle de frequência. O presidente informou que o grupo formado no ConSup discutiu o tema, foi emitido um ofício e agendada uma reunião com a procuradora do MPU. O conselheiro Marcelo Sayão perguntou se já havia uma data agendada para a reunião com o Ministério Público, e o presidente disse que eles estavam discutindo as agendas para marcar. O Diretor João Gilberto disse que foi feito um levantamento sobre como cada *campus* estava procedendo e os mecanismos que utilizava em relação ao controle de frequência. Ele disse que deveria haver uma nova reunião com esses dados novos. O Diretor informou também, que na reunião do GT, foi sugerida a inclusão de um representante do sindicato. O presidente disse que era válido e todos concordaram. O conselheiro Marcelo Sayão disse que o representante do Sindicato no GT seria então o servidor Michelângelo, cujo nome foi aprovado em assembleia do Sindicato. O presidente lembrou que a Reitoria estava marcando reuniões permanentes com o Sindicato. Após isso, o presidente passou para o próximo ponto da pauta, sobre a reestruturação dos *campi* e Portaria 246, solicitado pelo conselheiro Fábio Araújo. Ninguém se manifestou sobre o tema, e o presidente disse que poderia colocá-lo na pauta da reunião seguinte, visto que o conselheiro que solicitou o ponto estava ausente. O conselheiro Marcelo Sayão concordou, mas informou que teve acesso a uma ata da Reunião do CAEG e obteve uma série de informações que não foram discutidas no ConSup a respeito da reestruturação. O conselheiro disse que as mudanças realizadas tinham que ter passado pelo Conselho antes de serem efetivadas, pois diziam respeito ao Estatuto, ao Regimento Geral e ao organograma da Reitoria. O conselheiro disse que as cobranças da SETEC por meio da Portaria 246/2016 também deveriam ter chegado ao Conselho Superior para discussão em conjunto. Ele exemplificou dizendo que a ata do CAEG indicava que os Conselhos Acadêmicos de Ensino Técnico e de

Graduação continuariam existindo, mesmo com a junção das duas antigas Pró-Reitorias (PROET e PROGRAD) em apenas uma (PROEN), o que deveria ser assunto para deliberação do ConSup. Ele deu outro exemplo, dizendo que houve a realização de uma

145 Auditoria tendo em vista que o IFRJ ficou em penúltimo lugar na análise da plataforma Nilo Peçanha. O conselheiro questionou se a referida auditoria havido produzido um relatório sobre a nova estrutura do IFRJ, e reforçou que esse tipo de assunto deveria passar pelo Conselho Superior, assim como as tratativas do Reitor com a SETEC. O conselheiro Marcelo Sayão ressaltou a urgente necessidade de aprovação do Estatuto do IFRJ. O

150 conselheiro Eudes Pereira lembrou que a Portaria 246 começou a ser discutida no Colégio de Dirigentes porque cabia ao Diretor-Geral ter os dados suficientes sobre o *campus* e suas peculiaridades, portanto, deveria partir do Colégio de Dirigentes uma proposta sobre a reestruturação para ser discutida pelo ConSup. O conselheiro destacou que a reestruturação estava relacionada à alteração do Estatuto do IFRJ, e reforçou a

155 necessidade de aprovação do documento e estabelecimento de prazos para os responsáveis entregarem suas contribuições para aprovação final, e agendamento de reuniões extraordinárias para tratar desses documentos institucionais. O conselheiro Eládio Bandeira lembrou que em julho de 2017, quando os novos conselheiros entraram, foi discutida a relatoria e criados os GTs. Ele disse que tentou iniciar várias reuniões para

160 discutir o Estatuto e não conseguiu. O conselheiro disse também que os próprios conselheiros eram os culpados pela pauta represada. O presidente concordou com a necessidade de celeridade de aprovação dos documentos e lembrou que era preciso ter clareza do que estava sendo colocado. O presidente lembrou que foram feitas alterações na gestão anterior, quando o conselheiro Marcelo Sayão era Pró-Reitor, que também não

165 foram discutidas. O presidente disse que a reestruturação realizada na atual gestão reduziu funções da Reitoria para distribuir para os *campi*, o que era extremamente necessário e urgente, visando uma distribuição isonômica dos FGs. O presidente esclareceu que não estava sendo implementada uma reestruturação, mas sim um planejamento. Ele exemplificou dizendo que havia *campus* com 4 pedagogos, e outros sem nenhum, assim

170 como ocorria para outros profissionais. Então, o presidente esclareceu que os cargos dos *campi* estavam sendo analisados para que houvesse uma distribuição isonômica. Ele disse que as demandas estavam sendo identificadas no âmbito do Colégio de Dirigentes, e os Diretores estavam sendo cobrados para fazer as discussões necessárias nos *campi*, e no momento certo a decisão necessária chegaria ao ConSup. Ele enfatizou que as ações

175 estavam sendo planejadas através das provocações dos debates, da apresentação dos números, e destacou que nada seria feito de forma forçada, mas sim com a participação da comunidade. Ele incentivou a participação de todos nos debates que estavam ocorrendo nos *campi*. O presidente concordou com o posicionamento do conselheiro Eudes Pereira sobre a existência de resistência nos prazos de aprovação dos documentos.

180 O conselheiro Eudes Pereira ressaltou que se discutia muito FG e CD, mas a grande preocupação dos professores era a possível remoção em caso de necessidade. O conselheiro Eudes Pereira ressaltou que foi dado um prazo de 90 dias para que os Diretores-Gerais fizessem o levantamento dos dados solicitados, e disse que o prazo já estava se encerrando. O conselheiro concluiu dizendo que seria importante terminar a

185 aprovação da revisão dos documentos institucionais até o final do ano, com a realização de reuniões extraordinárias dedicadas exclusivamente a esses temas. O conselheiro Marcelo Sayão esclareceu que quando ele estava na gestão, realmente foram feitas mudanças no organograma, mas lembrou que como Pró-reitor ele ficou na gestão por

190 apenas 1 ano e 10 meses devido a divergências com o então Reitor. O conselheiro enfatizou que o processo de construção coletiva era tão importante quanto a obtenção de resultados. Ele reiterou a questão da auditoria que fora realizada sem o conhecimento dos conselheiros. O presidente respondeu que a auditoria mencionada na ata do CAEG era referente ao PAINT e ao RAIN, ou seja, era uma auditoria interna. O conselheiro

195 Marcelo Sayão disse que as decisões deveriam ser tomadas em conjunto, e não somente as decisões finais deveriam chegar ao ConSup. O conselheiro ressaltou também a necessidade de maior frequência das reuniões do ConSup, e lembrou que houve um período 3 meses sem reunião, de maio a agosto de 2018. O presidente disse que estava sendo feito um diagnóstico sobre a situação do organograma, e sugeriu colocar o tema novamente como ponto de pauta, após o levantamento das demandas. Ele disse também

200 que a qualidade da condução e produtividade das reuniões era mais importante do que a quantidade e a frequência, e destacou que o agendamento de várias reuniões seguidas normalmente apresentava problemas em relação ao quórum. O conselheiro Marcelo Sayão disse que a decisão sobre a frequência das reuniões deveria ser do colegiado. O presidente lembrou que as reuniões deveriam ocorrer de 2 em 2 meses, de acordo com o

205 Regimento, mas o tema poderia ser colocado como tema de pauta. O presidente ressaltou que o tema sobre mudança do dia da reunião já havia passado também por discussão em uma reunião anterior. O conselheiro Peterson Hotz pediu para inserir como ponto de pauta a votação de medidas para incentivar a maior participação dos alunos e dos egressos. Após isso, o presidente informou que a PROEN e o *Campus* Pinheiral pediram para retirar

210 a aprovação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da pauta da reunião, pois ainda seriam enviados novos documentos. Em seguida, a Pró-Reitora de Extensão, Cristiane Henriques, apresentou informações sobre a aprovação do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI). Ela sugeriu a manutenção do documento, mesmo com ciência da necessidade de atualização, pois era urgente a

215 necessidade de existência desse Regulamento, tendo em vista que o IFRJ possuía NEABIs criados desde 2013 sem o documento que os regulamentava. O conselheiro Eládio Bandeira disse que possuía ponderações a fazer. Ele disse que era impraticável cada *campus* ter uma sala para os NEABIs, e sugeriu alterar o termo “deverá” para “poderá”. O conselheiro Marcelo Sayão disse que era preciso ter um espaço para os Núcleos de

220 estudo. O conselheiro Tiago Giannerini sugeriu incluir a expressão “se possível”. A Pró-Reitora Cristiane Henriques sugeriu o texto: “Deverá ser destinado um espaço em uma sala”. O conselheiro Wallace Nunes disse que era a favor da disponibilização de espaços, mas isso não era sempre possível, por isso sugeriu usar “poderá”. O conselheiro Eudes Pereira sugeriu colocar um espaço para os NEABI, NAPNE e NUGED juntos, se possível.

225 O conselheiro Marcelo Sayão disse que era preciso haver um espaço para a coordenação trabalhar. O conselheiro Paulo Borges disse que o uso do “poderá” iria fazer os Núcleos contarem com a boa vontade do Diretor-Geral, e preferia manter “deverá”, com uma ressalva em relação à infraestrutura do *campus*. O coordenador da CIS, Cláudio Costa, lembrou que o MEC levava em consideração a existência de salas para os Núcleos em

230 sua avaliação. A conselheira Hélia Rodrigues questionou a quem deveria ser enviado o relatório ao final de cada ano, mencionado no Regulamento. A Pró-Reitora Cristiane Henriques respondeu que o relatório deveria ser enviado à COGED, e iria incluir a informação no documento. A conselheira questionou também o trecho que tratava dos participantes dos NEABIs, mencionando “funcionários e discentes”. Os conselheiros

235 sugeriram alterar os termos para “comunidade acadêmica”. Em relação à carga horária

dos docentes coordenadores do Núcleo, a conselheira Elisa Pôças sugeriu que o coordenador poderia ter a carga horária de aula reduzida até o limite mínimo previsto no Regulamento da Carga Horária Docente. Em relação ao espaço, o conselheiro Peterson Hotz disse que concordava com a sugestão do conselheiro Paulo Borges, mantendo como

240 estava, e, se não fosse possível conceder o espaço, o Diretor do *campus* deveria justificar a negativa à COGED. O conselheiro Eudes Pereira discordou. O presidente sugeriu manter o termo “deverá” juntamente com o texto “disponibilizar uma estrutura mínima para o funcionamento das atividades”. A sugestão foi aprovada por unanimidade. A conselheira Elisa Pôças disse que no Art 2º poderia ser alterado o termo “articula-se” à

245 Direção-Geral por “ligado”, mantendo “articula-se com a Pró-Reitoria”. O conselheiro Marcelo Sayão disse que era preciso rever a obrigatoriedade de cumprimento das 8 horas mínimas semanais para funcionamento do NEABI, no caso de o coordenador ser um docente, considerando que não havia garantia de liberação de carga horária para a atuação na função. O conselheiro Eudes Pereira solicitou que colocasse no documento um prazo para revisão, e a Pró-Reitora Cristiane Henriques disse que o prazo seria de 1 ano. Então, o documento foi aprovado por unanimidade com as sugestões aprovadas no colegiado. Após isso, tratando de “Informações Gerais”, o conselheiro Eudes Pereira solicitou o agendamento de reuniões extraordinárias com dia, horário e local, aprovados pelo ConSup. O conselheiro Helton Sereno disse que os professores do *Campus* Volta

255 Redonda apresentaram um questionamento sobre a Instrução Normativa nº 02 que não mencionava a carreira dos professores EBTT, e pediu que fosse encaminhada uma consulta ao Procurador questionando a equiparação da carreira de EBTT e Magistério Superior em relação a essa IN. O conselheiro Eládio Bandeira propôs a criação de uma comissão para discussão das INs 01 (que trata do trabalho remoto do servidor) e 02 (que trata da carga horária e jornada de trabalho dos servidores). O presidente concordou com a sugestão. O conselheiro Eudes Pereira pontuou novamente a necessidade de decidir dia, horário e local das reuniões do ConSup. Ele disse que aprovava a realização das reuniões nos *campi*, mas acreditava que a decisão deveria passar pelo colegiado. O conselheiro Marcelo Sayão concordou, e solicitou a realização de reuniões extraordinárias para discussão do Estatuto. O conselheiro pediu novamente o acesso dos conselheiros à lista de e-mails dos servidores para divulgação de assuntos do Conselho Superior. Ele destacou que já existia uma Instrução Normativa, publicada pelo antigo Pró-Reitor de Administração, que tratava do uso do e-mail institucional. O conselheiro Paulo Borges pediu que fosse pensada uma forma de os alunos conseguirem se comunicar com a comunidade acadêmica, visto que eles não possuíam e-mail institucional. Após isso, a conselheira Hélia Rodrigues disse que estava finalizando a conferência da redação final do documento do Regulamento da Carga Horária Docente e o modelo do RAD. Ela solicitou auxílio da secretária Mônica Castro e do Diretor João Gilberto para a finalização do documento, e o presidente concordou. O conselheiro Wallace Nunes disse que o RAD deveria ser um espelho do PIT. O conselheiro Marcelo Sayão disse que era necessário tratar a questão dos conselheiros que ocupavam cargo na gestão. O conselheiro Eládio Bandeira disse que o tema deveria entrar em pauta durante a discussão da revisão do Regimento do ConSup. Quanto à realização de reuniões do ConSup nos *campi*, o presidente perguntou se alguém era contra, e ninguém se opôs, mas pediram discussão sobre o tema na próxima reunião. O presidente informou que a SEDEIS indicou o Sr. Sérgio Guaranyas como conselheiro suplente, e o MEC havia indicado também novos representantes, sendo o Reitor do Colégio Pedro II (titular) e o Reitor do IFSP (suplente).

260

265

270

275

280

285 O conselheiro Marcelo Sayão perguntou se haveria alguma reunião extraordinária até o dia 24 de outubro, data da próxima reunião ordinária, para discutir o Estatuto. O presidente respondeu que esse assunto, a periodicidade e local das reuniões entrariam na pauta da reunião seguinte, e ressaltou que não era produtiva a ocorrência de reuniões com apresentação de documentos incompletos e com erros. O conselheiro Eudes Pereira insistiu na realização de outra reunião extraordinária antes do dia 24 de outubro, e o presidente disse que essa discussão estava prevista para a próxima reunião. Então, o presidente encerrou a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, e, nada mais havendo a ser tratado, eu, Mônica Castro, secretária do Conselho Superior, encerro a presente ata que seguirá assinada por mim e pelo presidente.

290